

Romaria de Nossa Senhora do Monte: Memória Histórica e Identidade Insular (1901-1927)

Nossa Senhora do Monte Pilgrimage: Historical Memory and Insular Identity (1901-1927)

Duarte Manuel Freitas¹

Resumo

Almeja-se, com o presente artigo, compreender as várias exteriorizações de índole patrimonial – da matéria ao intangível – presentes na romaria madeirense de Nossa Senhora do Monte durante os primeiros anos do século XX, enquadrando-as em cinco momentos distintos: percursos e formas de chegar ao espaço festivo; chegada ao santuário e os ritos do culto mariano que perpetuam o mito; o *locus* arraial como epicentro da folia; o fim da festa e os caminhos de regresso ao mundo quotidiano; a exportação do culto através da emigração.

Palavras-chave: Madeira; Romaria; Nossa Senhora do Monte; Património Cultural.

Abstract

This article aims to understand various externalizations of a patrimonial nature – from material to intangible – present in the Madeiran pilgrimage of Nossa Senhora do Monte during the first years of the 20th century, privileging five distinct moments: the routes to reach the festive space; arrival at the sanctuary and the Marian cults that perpetuate the myth; the epicenter of the cult *locus*; the end of the festivity and the routes back to everyday life; and the exportation of this practice through emigration.

Keywords: Madeira; Pilgrimage; Nossa Senhora do Monte; Cultural Heritage.

¹ Natural de Câmara de Lobos. Doutoramento em História (regime pré-Bolonha), na especialidade de Museologia e Património Cultural, pela Universidade de Coimbra (2015). Professor Auxiliar do Departamento de História, Artes e Humanidades da Universidade Autónoma de Lisboa. Atua nas áreas da História Empresarial, da Didática da História, da Museologia Histórica e do Património Cultural. A sua tese de doutoramento, intitulada *Memorial de um complexo arquitectónico enquanto espaço museológico: Museu Machado de Castro (1911-1965)* – disponível em <https://eg.uc.pt/handle/10316/26434> –, foi galardoada com o Prémio Victor de Sá de História Contemporânea (2015). Contacto: duartemanueelfreitas@gmail.com.

«É uma ilha em forma de cão sentado,
com a cabeça inclinada para perscrutar o enigma da água.
O cão tem as orelhas fitas, porque,
ao mesmo tempo que cheira e olha o mar,
recebe notícias de vento.
O cão está sentado no atlântico.»
Herberto Helder, *Apresentação do rosto*

1 – *Introitus*: A Festa do Ponto de Vista Patrimonial

Podemos considerar a festa uma manifestação de carácter universal, comum a diferentes sociedades. Nela presenciam-se celebrações do “sagrado” ao “profano”, cujo ímpeto, manifestamente lúdico, quebra a monotonia da vida quotidiana – do trabalho contínuo e da gestão, muitas vezes apertada, dos recursos – e faz emergir uma dimensão temporal e espacial pontuada por exceções e excessos, dando lugar à descontração e à alegria expansiva, não raras vezes regada de vários “elementos dionisíacos”².

Este “balão de oxigénio”, de índole episódica, encontra-se alicerçado numa cosmogonia de cariz religioso ou em celebrações de carácter pagão. Enquadram-se no primeiro protótipo as festividades votivas religiosas muito frequentes em território português, sendo autênticas peregrinações/romarias populares a lugares religiosos (santuários ou localidades), onde se veneram a beatitude de santos e outras evocações ao ente divino.

Nelas se assistem a vários ritos que pretendem perpetuar o mito, destacando-se os diversos atos de pagamentos de promessas feitas pelos crentes em momentos de aperto e supostamente concedidas pelo orago. Este arquétipo, que podemos considerar uma economia de troca entre dois mundos distintos (o celestial e o terreno), insere-se no campo do sagrado, agregando ainda a este outras manifestações ditadas e controladas pela Igreja (enquanto instituição), como a missa eucarística e a procissão, onde, neste último aspeto, a personificação do ente divino (estilizada numa imagem de carácter escultórico) sai do templo, seu protetor, e percorre os caminhos mundanos do quotidiano humano.

Nos vários espaços extramuros, mais propriamente em torno dos santuários, decorrem as manifestações de índole profana, muitas vezes epitetadas de “arraial”,

² LIMA, 2002, «Festas», p. 252. Atenda-se, de igual modo, à importante obra de DUVIGNAU, 1973, *Fête et civilization*.

surgindo nele um universo de transgressão e de euforia, até ao dia e hora do retorno ao quotidiano e às vicissitudes, muitas vezes árduas, do mundo laboral.

Em Portugal, as festividades de matriz essencialmente religiosa realizam-se, em maior número, entre os meses de maio e outubro, altura em que a menor intensidade do trabalho agrícola permitia que os populares se ausentassem das suas terras, indo, em peregrinação, aos santuários para a ritualização da sua fé³. Esta realidade encontra-se espelhada um pouco por todo o país, desde a romaria de Nossa Senhora da Ajuda (Almeida), passando pelo Senhor Santo Cristo dos Milagres (Ponta Delgada, Açores), por São João da Arga (Caminha), por São Bartolomeu do Mar (Esposende), por São Bento da Porta Aberta (Terras de Bouro) e, entre muitas outras, pela conhecida Nossa Senhora da Agonia (Viana do Castelo), tornando esta lista extensa e impossível de reproduzir num labor deste âmbito.

O universo lúdico de carácter tradicional contém em si os resquícios de uma base pagã, revista na sacralização dos fenómenos (e ritmos cíclicos) da Natureza, como nos explica o grande pedagogo Francisco Adolfo Coelho:

«As festas populares em diferentes épocas do ano têm evidentemente origem nos velhos cultos naturalísticos. Elas referem-se principalmente ao giro das estações, às fases diversas do curso aparente do sol, cujos efeitos sobre a Natureza impressionaram vivamente os criadores desses cultos [...]. Com o tempo, as cerimónias, primitivamente claras para todos, foram-se alterando, obscurecendo, confundindo com outras primitivamente distintas, foram sendo interpretadas de modo abusivo, até por fim se perder inteiramente a consciência da sua significação original, e elas permanecem apenas como prova da tenacidade da tradição»⁴.

Em alguns rituais festivos celebrados um pouco por todo o país, como por exemplo as Maias, a ligação com a Natureza é evidente, numa espécie de “Sagração da Primavera” que, de tão profana índole, chegou a ser proibida na cidade de Lisboa, já no final da centúria de Trezentos, uma vez que, juntamente com as Janeiras, atentaria contra os ditames inscritos nas “leis de Deus”.

Outras exteriorizações de índole popular – como por exemplo os carretos e o entrudo chocalheiro (Podence), o “Enterro do João” (Gondomar) e a celebração dos “Compadres” e das “Comadres” (um pouco por todo o país) – acentuam um cariz profano que procura no puro divertimento a inversão da “ordem natural das coisas”, antes da chegada dos tempos de penitência, aprumo e rigor, a serem vividos na Quaresma cristã.

³ VASCONCELOS, 1993, *Etnografia Portuguesa [...]*, vol. IX, p. 441.

⁴ COELHO, 1993, *Obra Etnográfica*, vol. I, p. 278.

Saliente-se, de igual modo, os movimentos festivos tradicionais de matriz profana associados à atividade económica de uma circunscrição territorial, celebrando-se nela o fim das colheitas e a conseqüente promoção de determinado produto característico, bem como as várias etapas subjacentes à criação de gado de pequeno porte, desde os preceitos da transumância à celebração da própria tosquia. Sobre este último aspeto, destaque-se o folguedo da festa das tosquias do Paul da Serra (ilha da Madeira), considerado, por Eduardo Pereira, um dos arraiais mais representativos e concorridos da primeira metade da década de 50 do século passado, embora, devido à quase extinção da atividade pastoril na ilha, não tenha subsistido com a mesma “força” até aos nossos dias. Atenda-se à descrição da azáfama dos tempos passados:

«Aprazados os dias de Junho mais convenientes à arrumação do gado nos terreiros ou redis de diferentes montados na ilha, para lá se encaminha uma multidão de criadores, curiosos e foliões como para uma espera de touros ribatejanos. Amanhece-se na terra à primeira claridade do lusco-fusco para ver chegar o gado em ondulações de rebanhos, congregado e conduzido por pastores e cães [...]. Na esteira da sua caminhada elevam-se no ar nuvens de pó que denunciam ao longe a perseguição ao gado e sacode de entusiasmo a multidão expectante. Ao entrar no campo de concentração a coluna perseguida, espantadiça e desmoralizada, cresce o entusiasmo de pastores e forasteiros, e com o descamisar das ovelhas começa a animação em todo o campo. Enquanto se lida na tosquia do gado, desenvolve-se um verdadeiro arraial [...] dos mais típicos e regionais»⁵.

A partilha resultante da conjugação entre o binómio património/povo determina a coesão de uma identidade regional. Assim, através dos fenómenos festivos, reúnem-se, em determinado espaço, um conjunto de patrimónios de diferente índole (material ou imaterial), englobados num só património geral que é constituído pela festa em si.

As exteriorizações patrimoniais do fenómeno festivo variam conforme os casos, conquanto, neste exercício de sintetização, possamos enquadrá-las em cinco momentos distintos, que serviram de estrutura à investigação que ora se apresenta⁶:

⁵ PEREIRA, 1989, *As Ilhas de Zarco*, vol. II, pp. 492-493.

⁶ Sobre a caracterização das festas em Portugal (religiosas e profanas), que efetuámos neste primeiro ponto do presente artigo e que permitiu chegar à estrutura a seguir apresentada, atenda-se às obras de referência dos académicos a seguir listados: Teófilo de Braga (1985-1986, *O povo português nos seus costumes crenças e tradições*, vol. II); Duarte Nuno Chaves (2019, *Memória e Identidade Insular* [...]); Adolfo Coelho (1993, *Obra Etnográfica*, vol. I); Ernesto Veiga de Oliveira (1984, *Festividades Cíclicas em Portugal*); Consiglieri Pedroso (1998, *Contribuições para uma mitologia popular portuguesa* [...]); Rocha-Trindade (1991, *Espaços de festa* [...]); Augusto Santos Silva (1994, *Tempos Cruzados: um estudo interpretativo da cultura popular*); João Vasconcelos (1996, *Romarias I: um inventário dos santuários de Portugal*); José Leite de Vasconcelos (1933, *Etnografia Portuguesa* [...], vol. IX); Pierre Sanchis (1992, *Arraial: Festa de um Povo* [...]).

a) a ida para o *locus* festivo, onde vários elementos do foro patrimonial se poderão elencar, desde os caminhos e trilhos que vão dar ao santuário, até ao seguimento em romagem com os sons e cantos populares, bem típicos, por exemplo, das romarias do norte de Portugal. Em algumas regiões do país, a ida à romaria é ainda feita a pé por rotas previamente estabelecidas, longe dos caminhos habituais da vida quotidiana.

b) a chegada ao *locus* festivo. Nas manifestações de índole religiosa, os compromissos religiosos são geralmente efetuados logo à chegada, especialmente o pagamento de promessas, consubstanciado na entrega dos chamados ex-votos – círios, modulações antropomórficas em cera e pequenos quadros que representam graficamente a situação que levou à formulação do pedido – e em atos que envolvem um sacrifício físico considerável.

c) o *locus* arraial, que podemos considerar como o epicentro da exteriorização patrimonial, verificada, por exemplo, na decoração festiva, passando pela gastronomia da região ou mesmo específica da própria festa, pelos jogos tradicionais, pelos objetos de valor etnográfico e pelas manifestações físicas de gáudio, revistas em cantes, descantes e despiques, tocados em instrumentos tradicionais, juntando-se também ao diálogo cantado as danças de carácter popular. Nas manifestações de teor essencialmente pagão – ou, melhor dizendo, não religioso –, é no arraial onde o rito se processa, como se demonstra nas várias “queimas”, “enterros” e “entrudos”, associados às festividades populares carnavalescas ou às festas que têm por função basilar a representatividade e enaltecimento da atividade económica de uma determinada região.

d) o regresso ao mundo do quotidiano. A euforia da ida nem sempre é a da chegada, dado o carácter manifestamente episódico, embora cíclico, do fenómeno festivo, constituindo-se num dos momentos onde se verificam menos evidências do foro patrimonial. Ainda assim, destaque-se a preocupação dos participantes levarem para o dia a dia as marcas do tempo festivo, assentes numa espécie de “objetos de memória” da sua passagem pelo arraial, desde alimentos característicos da festividade, às medalhas com a iconografia de santos ou aos bonecos feitos de massa, bem típicos dos arraiais insulares, no caso particular das festas de São Lázaro (Mosteiros, São Miguel) e de Nossa Senhora do Monte (Funchal, Madeira).

e) a exportação do culto através da emigração. Os sentidos de pertença a uma região originam fenómenos de exportação das manifestações festivas mais importantes, uma vez que um indivíduo pode ausentar-se fisicamente do *locus* matricial, mas não deixa de transportar consigo um “*adn* patrimonial” que o define enquanto membro de uma comunidade em específico. Por exemplo, são igualmente

célebres, e em tudo pretendem seguir a “casa-mãe”, as festas religiosas em honra ao Senhor Santo Cristo (Ponta Delgada, Açores) ocorridas nas comunidades de emigrantes do Canadá e dos Estados Unidos da América.

2 – Nossa Senhora do Monte: O Mito Perpetuado pelos Ritos

Seguindo o raciocínio de Fernando Pessoa, «o mito é o nada que é tudo», contendo em si a explicação humana da compreensão dos fenómenos vivenciados. A narrativa inicial desenvolve-se – estendida e/ou adulterada, não raras vezes, pelos meios e agentes da (re)transmissão –, adquirindo o estatuto de lenda, que detém em si um ato explicador e legitimador da (suposta) intervenção do divino/sobrenatural no quotidiano humano.

A religiosidade popular na ilha da Madeira já se encontra presente desde os primórdios do seu povoamento, advinda das particularidades do quadro de valores mentais do núcleo colonizador, a que acresceram as dificuldades e vicissitudes inerentes à condição de insular⁷. A lenda de Nossa Senhora do Monte invoca os primeiros anos de ocupação da ilha, assumindo a necessidade de «consagrar esses primeiros actos de humanização pela presença do sagrado»⁸. De facto, tal narrativa apresenta-se como um dos principais dogmas da religiosidade autóctone, que evoca anualmente, nos dias 14 e 15 de agosto, o aparecimento de uma representação divina a um humano, num local ermo e pouco povoado, relativamente afastado do núcleo habitacional do Funchal.

Esta lenda, como muitas outras, é-nos difícil situá-la no tempo. A única informação que possibilita um enquadramento de cariz histórico baseia-se na presença de uma pequena ermida dedicada a Nossa Senhora da Encarnação, elevada no sítio do Monte e datada do ano de 1470, cuja construção se efetuou a expensas de Adão Gonçalves Ferreira, contemporâneo dos primeiros capitães dos donatários da ilha⁹.

Dada a proliferação de versões que relatam a lendária aparição, a sintetização não se constituiu numa tarefa propriamente simples. Dos exemplares em verso reunidos no oitocentista *Romanceiro do Arquipélago da Madeira* – uma compilação notável da autoria de Álvaro Rodrigues de Azevedo¹⁰ – e da recolha presente na

⁷ No mesmo sentido, vide o que escreveu SILVA, 1993, *A Madeira e a construção do mundo Atlântico* [...], vol. II, p. 985.

⁸ GOMES, 1988, «Festas – Romarias na Madeira», p. 147.

⁹ AGUIAR, 1951, *Cousas da Madeira*, vol. 2, pp. 104-118.

¹⁰ AZEVEDO, 1880, *Romanceiro do Arquipélago da Madeira*, pp. 53-55.

obra de Fernando Aguiar¹¹, conseguiu-se encontrar um fio condutor coerente, sem a pretensão de acrescentar “ponto” a este “conto”. Reza a lenda que num descampado denominado por Terreiro da Luta, uma menina apascentava o rebanho quando apareceu uma senhora com quem brincou e merendou. Ao reportar o acontecido a seu pai, este não lhe deu atenção, pois seria impossível naquele local aparecer alguém. No dia seguinte, o progenitor encontrou a criança a conversar com uma pequena escultura de Nossa Senhora, que seria, segundo a filha, a representação fiel da sua companheira do dia anterior. O pai reportou tal facto às autoridades, que decidiram conduzir a imagem em procissão até à ermida de Nossa Senhora da Encarnação. Na manhã do dia seguinte, a aludida escultura apareceu junto à fonte/nascente, situada nas proximidades do tempo, numa ocorrência enaltecida pelos populares como miraculosa. A imaginária foi, de novo, colocada no templo religioso e, daí por diante, a população passou a denominá-la de Nossa Senhora do Monte.

Figura 1 – *Sem Título* (Escultura de Nossa Senhora do Monte), c. 1990, postal ilustrado



Fonte: Arquivo Particular de Duarte Manuel Freitas.

¹¹ AGUIAR, 1951, *Cousas da Madeira*, vol. 2, pp. 108-110.

Num trabalho com o presente escopo não teríamos espaço suficiente para salientar as centenas de interceções pedidas (e supostamente alcançadas) a esta entidade – provindas das camadas populares, dos poderes estatais ou mesmo das instâncias eclesiásticas –, com vista a atenuar as calamidades que assolaram o arquipélago ao longo do friso temporal que abarca a sua história. Neste âmbito, particularize-se os acontecimentos de 9 de outubro de 1803, relacionados com uma aluvião ocorrida na ilha, levando, no ano seguinte, o papa Pio VII a colocá-la sob o patrocínio de Nossa Senhora do Monte¹², ao instituir-se, deste modo, o reconhecimento oficial do Vaticano do seu culto, que desde tempos imemoriais já havia sido confirmado pela crença do próprio povo madeirense.

Um dos exemplos mais reflexivos do apego popular ao referido orago demonstra-se no costume – que, em 1914, já era visto como ancestral, mantendo-se ainda hoje em algumas franjas mais devotas – de os habitantes da ilha batizarem com o nome de Maria do Monte as crianças do sexo feminino nascidas na véspera ou no dia da romaria¹³.

Em termos de ritualização, as celebrações em honra a Nossa Senhora do Monte (ocorridas a 14 e 15 de agosto) inserem-se no protótipo – já desenvolvido no ponto anterior – das romarias, revisto na peregrinação popular a um templo sagrado (o santuário), onde se encontra guardada a representação divina (em escultura) alvo de devoção. Para esse espaço convergem vários romeiros a fim de exteriorizar a sua religiosidade, procedendo ao pagamento de promessas e assistindo às celebrações religiosas, para além do habitual folguedo característico dos espaços festivos e de um ritual típico de assimilação/sincretismo católico e pagão, revisto no ato de beber água da fonte sagrada.

Situada a cinco quilómetros a norte do centro da cidade do Funchal, a freguesia do Monte constitui-se no espaço de interligação entre o sagrado e o profano, onde a aparente calma quotidiana é radicalmente modificada durante o mês de agosto de cada ano, com a participação atual de dezenas de milhares de madeirenses, formando um campo privilegiado de encontro de vários patrimónios culturais e de manutenção da identidade insular.

¹² PEREIRA, 1914, *Nossa Senhora do Monte* [...], pp. 33-36.

¹³ PEREIRA, 1914, *Nossa Senhora do Monte* [...], p. 50.

Figura 2 – *Sem Título* (fachada do Santuário de Nossa Senhora do Monte), c. 1908, fotografia a preto e branco de P. Marinho Jr.



Fonte: GOMES, 1909, «Nossa Senhora do Monte», p. 94.

Com o objetivo assente na compreensão do comportamento dos fenómenos patrimoniais no tempo, prosseguimos, nos próximos pontos, a uma análise à romaria de Nossa Senhora do Monte, entre os anos de 1901 e 1927.

3 – O “ir à romaria”

Em algumas localidades do país, com maior incidência para as do Minho, o ato de os populares se deslocarem em grupo para os santuários da sua devoção ocorria,

segundo o etnólogo Ernesto Veiga de Oliveira, no mais «festivo ludismo»¹⁴, expressado através de danças e de cânticos ao som de instrumentos tradicionais, chamando, deste modo, a atenção dos habitantes das freguesias por onde passavam¹⁵.

As peregrinações dos devotos madeirenses em nada divergiram da alegria e da folia coletiva do “ir às romarias” minhoto. Se olharmos, por exemplo, para uma descrição histórica dos finais da centúria de Quinhentos, o historiador das ilhas Gaspar Frutuoso não deixou de enaltecer o movimento em torno de uma romaria de culto mariano no Faial, aplicando os seguintes termos:

«pelo seu dia que vem a outo de setembro se ajuntão de romagem de toda a ilha passante de outo mil almas... deixão estar dous, tres e mais dias em Nossa Senhora, descansando do trabalho do caminho, porque vem de dez, e doze legoas por terra mui fagosa e juntos fazem muitas festas de comedias, danças, e muzicas de muitos instrumentos de violas, guitarras, frautas, rabis e gaitas de foles»¹⁶.

No período temporal considerado para o presente estudo, tais exteriorizações também se fizeram sentir na ida à tradicional festa do Monte, sendo frequentada por milhares de romeiros provindos de todos os pontos da ilha. Segundo a descrição assente no periódico *Heraldo da Madeira* de 1905, os preparativos para o dia da partida iniciavam-se, nas várias freguesias, uma semana antes da romaria, sendo combinada, pelos populares, a formação de um grupo musical e a hora da partida, marcada, geralmente, para as primeiras horas do dia 14 de agosto.

Poucos minutos antes da saída do grupo, ecoava pela madrugada o som grave de um búzio de abertura larga, emitido com a função de juntar os romeiros para dar início à peregrinação. Estes levavam consigo cestas com merendas, onde guardavam carne para a espetada e as tradicionais rosquilhas (uma espécie de pão doce). O vinho seria, sem dúvida, um companheiro fiel desta aventura, armazenado, como manda a tradição, em cabaças ou em bexigas de porco já secas¹⁷.

Vestidos com o seu fato domingueiro ou em trajes mais tradicionais, os romeiros não se remetiam ao silêncio e exaltavam a sua alegria em ritmos dançáveis e ao som de despiques improvisados, rivalizados por duas ou mais pessoas. Cantavam-se também trovas em louvor à Senhora do Monte que enalteciam as suas qualidades de milagreira, invocavam a sua proteção e falavam do caminho a percorrer até chegar ao santuário. O charamba, a mourisca e o lundum executavam-

¹⁴ OLIVEIRA, 1984, *Festividades Cíclicas em Portugal*, p. 210.

¹⁵ OLIVEIRA, 1984, *Festividades Cíclicas em Portugal*, p. 157.

¹⁶ FRUCTUOSO, 1873, *As Saudades da Terra*, Livro II, p. 99.

¹⁷ «A Romaria do Monte», 13 de agosto de 1905, in *Heraldo da Madeira*, p. 1.

-se através de instrumentos típicos: castanholas, harmónios, violas de arame, rajões, rabecas e violas braguesas¹⁸.

Na obra *Monte, Santuário Votivo da Madeira* (1.^a ed. 1965), Manuel Ferreira Pio compilou uma série de antigas quadras populares, cantadas ainda hoje nas festividades em torno do templo mariano:

«Este caminho do Monte
Eu vou mandar varrer
Com uma vassoura de prata
Que de oiro não pode ser

Este caminho do Monte
Escorrega sem chover
Quem nele tomar amores
Nunca se pode esquecer

Nossa Senhora do Monte
O que tem para os seus romeiros?
Água fresquinha da fonte
Sombrinha dos castanheiros

Este ano eu vim ao Monte
Para o ano à Ponta Delgada
Este ano vim solteira
Para o ano virei casada

Nossa Senhora do Monte
Tem um moinho de mão
Para moer as mentiras
Que os seus romeiros lhe dão

Nossa Senhora do Monte
Deparai-me o que eu não tenho
Uma menina bonita
Que seja do meu tamanho»¹⁹.

A passagem dos peregrinos por diversas localidades da ilha não deixou de se fazer notar, como ocorreu na madrugada de 14 de agosto de 1924, na freguesia da Boaventura, onde a algaraviada fora de tal ordem que os romeiros acordaram os autóctones que estavam a dormir em suas casas²⁰.

¹⁸ «A Romaria do Monte», 13 de agosto de 1905, in *Heraldo da Madeira*, p. 1.

¹⁹ PIO, 1978, *O Monte, Santuário Votivo da Madeira*, pp. 68-72.

²⁰ «Notícias da Madeira – Boaventura 14-08-1924», 21 de agosto de 1924, in *Jornal da Madeira*,

Enquanto alguns grupos percorriam toda a peregrinação a pé, outros, principalmente os das freguesias mais afastadas do Funchal, deslocavam-se para o porto mais próximo da sua terra, a fim de apanharem os vapores costeiros que os levariam até à cidade. Vários meios de transporte foram utilizados nesta época para encurtar o itinerário até ao santuário de Nossa Senhora do Monte, mas, ainda assim, tal preferência não atenuou o carácter lúdico dos romeiros com as suas trovas e bailados caraterísticos, como salienta, em 1914, o *Diário da Madeira*²¹. Conquanto não se saiba, ao certo, o número exato (ou mesmo estimado) de peregrinos que optavam por cada uma destas vertentes, tenha-se em consideração o relatado no *Diário de Notícias* de 1921, que salienta a preferência dos romeiros em percorrer os trilhos terrestres. Ainda assim, os vapores costeiros transportavam até ao Funchal várias centenas de passageiros destinados a iniciar a subida até ao santuário²².

Na semana que antecedia o arraial do Monte, os jornais insulares publicitavam os horários das viagens dos vapores costeiros para os dias 14 e 15 de agosto, indicando as várias escalas em portos das zonas oeste²³ e este²⁴, até chegarem à cidade do Funchal, com visível predominância para um maior número de aportamentos nas encostas voltadas a sul. Apresentamos, em registo icononímico, a divulgação publicitária ocorrida em 1902, que raramente divergiu do ocorrido nos anos seguintes.

p. 3.

²¹ «Crónica religiosa», 16 de agosto de 1914, in *Diário da Madeira*, p. 1.

²² «Arrais Madeirenses», 17 de agosto de 1921, in *Diário de Notícias*, p. 1. Nos finais da centúria de Oitocentos, mais precisamente em 1881, registou-se o início da navegação de cabotagem a vapor na ilha da Madeira, pelas mãos da casa *Blandy Brothers & Company*, com a primeira embarcação a denominar-se *Falcão*. Ao longo dos anos seguintes, estiveram ao serviço o *Açor*, o *Gavião*, o *Prompt*, o *Dekado*, o *S. Filipe*, o *Victória* e o *Bútio* (SILVA, 1983, «Resenha Histórica», p. 38; SILVA, MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. 2, p. 4).

²³ Ponta Delgada, Porto Moniz, Pesqueiro, Paul do Mar, Calheta, Ponta do Sol, Ribeira Brava e Câmara de Lobos.

²⁴ São Jorge, Faial, Porto da Cruz, Machico, Santa Cruz e Porto Novo.

Figura 3 – Anúncio sobre as Viagens dos Vapores Costeiros durante a Romaria de Nossa Senhora do Monte, 1902

FESTA DE NOSSA SENHORA DO MONTE
E
GRANDE ARRAIAL
NO
FUNCHAL
SEXTA-FEIRA, 15 DO CORRENTE
(SALVO CASO EXTRAORDINÁRIO)

Os vapores costeiros farão varias viagens para os portos do Norte e do Sul, afim de conduzirem passageiros para o arraial de Nossa Senhora do Monte, nos dias abaixo mencionados

Quinta-feira (vespera)

O vapor **Açor** fará uma viagem extraordinaria até a Ponta Delgada saindo do Funchal ás 2 horas da manhã, regressando da Ponta Delgada ás 8 horas da manhã, do Porto Moniz ás 10 e do Paul ás 11 horas da manhã, tocando em todos os portos do Sul, afim de conduzir passageiros para o arraial do Monte, não tomando carga.

O vapor **Falcão** fará uma viagem extraordinaria até São Jorge saindo do Funchal à meia noite, regressando de São Jorge ás 5 horas da manhã, com escala pelo Fayal, Porto da Cruz, Machico, Santa Cruz, e Porto Novo, partindo de Machico ás 8 horas da manhã.

Porto Novo, Santa Cruz e Machico

O vapor **Gavião** sae do Funchal ás 12 horas do dia regressando de Machico ás 3 horas da tarde.

Camara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol, Calheta, Paul e Pesqueiro

O vapor **Gavião** sae do Funchal ás 2 horas da manhã até o Pesqueiro, e regressando d'aquelle porto ás 6 horas da manhã.

Sexta-feira, 15 (dia da Festa)
Camara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol, Calheta e Paul

Sae do Funchal ás 9 horas da manhã e 12 horas do dia, regressando do Paul ás 12 horas do dia e 3 da tarde.

Porto Novo, Santa Cruz e Machico

Sae do Funchal ás 7 horas da manhã e 2 da tarde, regressando de Machico ás 10 horas da manhã e 5 da tarde.

Fonte: Sem título, 12 de agosto de 1902, in *Diário Popular*, p. 4.

Durante o caminho marítimo até ao Funchal, a folia mantinha-se e alguns passageiros aproveitavam o mar para pescar. Em agosto de 1907, devido ao vento forte e à instabilidade do mar, surgem, na imprensa regional, relatos caricatos do voo de chapéus e a perda de algumas cestas²⁵.

²⁵ Sem título, 16 de agosto de 1907, in *O Jornal*, p. 1.

No período entre 1916 e 1918 denota-se uma baixa significativa na vinda de romeiros pelos vapores²⁶, devido às ocorrências nos mares da ilha relativas ao conflito beligerante então vigente na Europa. Constate-se que, já em março de 1915, se registou a apreensão, na baía do Funchal, de embarcações de nacionalidade alemã, não olvidando ainda o bombardeamento da cidade, ocorrido em dezembro do ano seguinte, pelo submarino U-47 da mesma proveniência, causando vários estragos e algumas vítimas mortais²⁷.

O fim da I Guerra Mundial trouxe a acalmia ao caminho marítimo, comprovada por uma elevada participação dos romeiros em 1919, constituindo-se, segundo o *Diário da Madeira*, numa «concorrência extraordinária relativamente aos últimos anos»²⁸.

O serviço de desembarque dos romeiros no porto do Funchal realizava-se sob a direção do responsável máximo da capitania desta urbe²⁹. O espaço citadino enchia-se de «um desusado movimento, com a alegria buliçosa dos grupos de romeiros, que após o desembarque no cais, se dirigiam para o arraial em descantes e bailados, ao som de harmónios e das violas de arame»³⁰.

Seguindo o raciocínio do *Heraldo da Madeira* (1905), alguns romeiros sentiam-se turistas dentro da sua própria ilha, uma vez que, para muitos, esta seria a única oportunidade, em todo o ano, de visitar a cidade e de desfrutar das suas novidades³¹. Devido ao arraial do Monte, as casas bancárias e as corporações administrativas reduziam significativamente o seu horário de abertura de portas. O comércio, pelo contrário, principalmente as mercearias e as lojas de fazendas, aproveitavam a enchente citadina para melhorar o seu negócio³². A alegria contagiante dos romeiros espalhava-se por diversas artérias, entre elas as ruas da Alfândega, dos Tanoeiros, da Praia e o Largo dos Varadouros, onde muitos peregrinos abancavam e abriam as suas merendas, compostas por batata doce, semilha e bolo do caco, tudo regado com um bom vinho³³.

²⁶ «Arraial do Monte», 16 de agosto de 1916, in *Diário da Madeira*, p. 1; «Nossa Senhora do Monte», 15 de agosto de 1917, in *Diário da Madeira*, p. 1; «Arraial do Monte», 15 de agosto de 1918, in *Diário da Madeira*, p. 1.

²⁷ PEREIRA, 1989, *Ilhas de Zarco*, vol. II, pp. 839-840.

²⁸ «Arraial do Monte», 15 de agosto de 1919, in *Diário da Madeira*, p. 1.

²⁹ «O Arraial de Nossa Senhora do Monte», 17 de agosto de 1913, in *Heraldo da Madeira*, p. 1.

³⁰ «Crónica religiosa», 16 de agosto de 1914, in *Diário de Notícias*, p. 1.

³¹ «A Romaria do Monte», 13 de agosto de 1905, in *Heraldo da Madeira*, p. 1.

³² «Crónica Religiosa», in *Diário de Notícias*, 15 de agosto de 1914, p. 1.

³³ CALDEIRA, 1964, *O Funchal no primeiro quartel* [...], p. 94.

Do centro da cidade até ao santuário do Monte, o caminho fazia-se maioritariamente a pé, existindo ainda, como alternativas mais rápidas (conquanto mais dispendiosas), a utilização de meios de transporte individuais e coletivos, desde os cavalos de aluguer – geralmente usados pelas classes mais abastadas³⁴ –, até ao uso do carro americano³⁵ combinado com comboio, e, mais tarde, o próprio automóvel.

Constituído por uma carruagem assente sobre carris e puxada pela força de três cavalos, o carro americano estabeleceu a ligação entre o Largo da Restauração e a Estação do Pombal, sendo, este último, o ponto onde os passageiros tomavam o comboio até ao sítio do Monte³⁶. Nos dias da romaria, a chegada ao Largo da Restauração antecedia em 15 minutos a partida do comboio³⁷, extinguindo-se este serviço por volta de 1915, dado o aumento significativo da circulação de automóveis na cidade³⁸.

No itinerário entre o Funchal e o Monte (estação Largo da Fonte), o comboio a vapor (de carga e de passageiros)³⁹ efetuava serviço direto, sem passar pelos apeadeiros intermédios⁴⁰, com viagens regulares (de hora em hora) tanto na véspera como no dia da festa, conforme o publicitado nos jornais ao longo do período cronológico em estudo. Já no preçário fixado, verifica-se uma óbvia variação, uma vez que, no início da centúria, os valores estabelecidos fixaram-se entre os 320 e os 450 réis, conforme o percurso escolhido⁴¹, e elevaram-se para os 7\$50, pagos em 1925 numa viagem de ida e volta⁴².

³⁴ GOMES, 1909, «Nossa Senhora do Monte», p. 94.

³⁵ O carro americano surgiu no Funchal em 1896, ao substituir, paulatinamente, as corsas de transporte de passageiros que, já no início da centúria seguinte, entraram em desuso no contexto citadino.

³⁶ SILVA, 1983, «Resenha Histórica», p. 36.

³⁷ Sem título, 10 de agosto de 1904, in *Diário Popular*, p. 3.

³⁸ SILVA, 1983, «Resenha Histórica», p. 36.

³⁹ A Companhia do Caminho de Ferro do Monte iniciou o transporte de passageiros no ano de 1893. Totalizou 2500 metros de linha férrea (do Funchal ao Monte) até 1910 e fixou-se nos 3850 metros a partir do referido ano, através da sua extensão até ao Terreiro da Luta. Com o aumento progressivo dos automóveis na cidade do Funchal, o comboio funchalense, movido a vapor, entrou em decadência, levando à sua inevitável extinção em 1943. Hoje resta uma recordação toponímica da passagem deste meio de locomoção pela cidade, mantendo-se o nome da artéria por onde circulava: a Rua do Comboio (SILVA, 1983, «Resenha Histórica», p. 36).

⁴⁰ Eram elas: Levada, Livramento, Quinta de Santa Ana e Quinta do Flamengo (PIO, 1978, *O Monte, Santuário Votivo da Madeira*, p. 207).

⁴¹ 320 réis na viagem do Funchal ao Monte; 200 réis na viagem do Monte ao Funchal; 450 réis na viagem de ida e volta (PIO, 1978, *O Monte, Santuário Votivo da Madeira*, p. 207).

⁴² «Arraial de Nossa Senhora do Monte», 15 de agosto de 1925, in *Diário de Notícias*, p. 1.

Figura 4 – Anúncio dos Horários da Companhia do Caminho de Ferro do Monte durante os Dias de Romaria, 1904

COMPANHIA
DO
Caminho de Ferro do Monte
FESTA DE
NOSSA SENHORA DO MONTE
NOS DIAS 14 e 15 D'AGOSTO

Horario para o dia 14
(Salvo caso extraordinario)

IDA—Manhã—6, 7, 8, 10, 11 e 12.
VOLTA » —7, 8, 9, 11 e 12.
IDA—Tarde —1, 2, 3 1/2, 4 1/2, 5 1/2,
6 1/2, 7 1/2, 8 1/2, 9 1/2,
10 1/2, 11 e 12.
VOLTA » —1, 2, 2 1/2, 4 1/2, 5 1/2,
6 1/2, 7 1/2, 8 1/2, 9 1/2,
10 1/2, 11 1/2 e 12 da noite.

Continuarão as viagens depois da meia noite, havendo passageiros com bilhetes reservados.

Horario para o dia 15

IDA—Manhã—5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12.
VOLTA » —6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12.
IDA—Tarde—1, 2, 3 1/2, 4 1/2, 5 1/2,
6 1/2, 7 1/2 e 8 1/2.
VOLTA » —1, 2, 2 1/2, 4 1/2, 5 1/2,
6 1/2, 7 1/2, e 8 1/2, 9 1/2.

Ha bilhetes reservados para quem pretender, os quaes se acharão á venda na estação do Pombal desde o dia 13 do corrente ás 9 1/2 da manhã, tanto a IDA como a VÔLTA, e no dia 15 a VOLTA estará á venda na estação do Monte desde as 8 horas da manhã.

As crianças de 3 até 10 annos pagam meia passagem, as de menor idade vão GRATIS, ao collo de quem as acompanhar.

A plata-forma dos carros não pode ser occupada p los srs. passageiros, por ser necessaria ao serviço da companhia.

Todos os srs. passageiros devem apresentar os seus bilhetes na entrada das estações ao empregado que estiver á porta, para regularidade do serviço.

Os bilhetes de ida e volta não tem valor n'este dia por conveniencia de serviço, assim como as assignaturas.

O letreiro—COMPLETO—nos carros indicará que não se recebe passageiros nas estações intermediárias.

CARROS AMERICANOS

Estes carros fazem viagens desde a Entrada da Cidade até o Pombal, sahindo 15 minutos antes da partida de cada comboio.

Funchal, 9 de agosto de 1904.
A Direcção

Fonte: Sem título, 11 de agosto de 1904, in *Diário Popular*, p. 3.

O ano de 1907 marca a entrada do automóvel na cidade, ainda que as condições para a sua circulação nos arredores desta não fossem as mais propícias. Mesmo considerada rudimentar, a via rodoviária que ligava o Funchal ao santuário – atualmente denominada por Estrada Luso-brasileira – não deixou de ser percorrida por este meio de transporte, através de firmas de aluguer de veículos⁴³. A pesquisa efetuada na imprensa regional permitiu-nos localizar no tempo o primeiro relato referente ao transporte de passageiros em veículos expressamente para a romaria do Monte, reportando-se a agosto de 1915⁴⁴. No ano seguinte, Daniel Telo Simões Soares – Comissário da Polícia Cívica e Administrador do Concelho do Funchal – fixou em edital a proibição da passagem, em pleno arraial, de automóveis em determinadas artérias da freguesia de Nossa Senhora do Monte, com o pretexto de evitar atropelamentos. O não cumprimento de tais preceitos daria origem a multa por desobediência⁴⁵.

A alegria que inundava as ruas da cidade tendia, aos poucos, para o apaziguamento à medida que os romeiros, que optavam pela via pedestre, subiam até ao santuário, através de um percurso tortuoso e de grande inclinação – denominado por Caminho do Monte –, levando consigo os cânticos e bailes ao som dos «guinchos das rabeças de pinho [...] o ramalhar das violas e rajões e o estalar seco e pesado das castanholas de til e os gritos mordentes dos campónios», segundo o relato experiencial de J. Reis Gomes⁴⁶. O referido itinerário desenvolvia-se, desde o centro da cidade, através da subida pela antiga Rua da Princesa (atual Rua de 31 de Janeiro), indo pela margem esquerda da Ribeira de Santa Luzia. Após a passagem pela Encarnação, os peregrinos seguiam até Santa Luzia, onde já se avistava, lá no fundo (na direção da montanha), o santuário mariano⁴⁷.

Neste percurso, a agitação seria uma constante, instalando-se, não raras vezes, uma confusão de tráfegos, dado que, para além do folguedo dos peregrinos, estes faziam «sucessivas estações pelas portas das vendas ornamentadas de louro e de murta»⁴⁸, deslocando-se ainda, na mesma via, os cavalos de aluguer e, em sentido descente, os carros do Monte⁴⁹.

⁴³ Propriedade dos senhores José Ezequiel Velosa e Francisco Rodrigues (PIO, 1978, *O Monte, Santuário Votivo da Madeira*, p. 76).

⁴⁴ «Arraial do Monte», 16 de agosto de 1915, in *Diário da Madeira*, p. 1.

⁴⁵ «Arraial do Monte», 12 de agosto de 1916, in *Diário da Madeira*, p. 1.

⁴⁶ GOMES, 1909, «Nossa Senhora do Monte», pp. 94-95.

⁴⁷ CALDEIRA, 1964, *O Funchal no primeiro quartel* [...], p. 94.

⁴⁸ GOMES, 1909, «Nossa Senhora do Monte», p. 94.

⁴⁹ GOMES, 1909, «Nossa Senhora do Monte», p. 94.

Figura 5 – *Sem Título* (Merenda dos Romeiros, no canto superior esquerdo, e Movimento no Caminho do Monte em Dias de Romaria, no campo inferior direito), c. 1908, fotografia a preto e branco de P. Marinho Jr.



Fonte: GOMES, 1909, «Nossa Senhora do Monte», p. 101.

4 – Já no Monte, as Obrigações ao Divino

As manifestações religiosas em torno de Nossa Senhora do Monte não se restringiram, somente, às datas de 14 e 15 de agosto, ocorrendo, nove dias antes, um ciclo de preparação para as festividades – as denominadas novenas –, que incluíam celebrações eucarísticas e orações em louvor ao referido orago. Abrangiam ainda uma pequena vertente profana, com o epicentro no adro do santuário, iluminado

para o efeito, onde se apreciavam momentos musicais executados por uma banda filarmónica e se lançava fogo-de-artifício⁵⁰.

O alcance destas celebrações manteve-se, geralmente, circunscrito ao foro local, com a organização a recair numa só pessoa ou em famílias e moradores de determinados sítios da freguesia, constando ainda de empresas, grupos de veraneantes e coletividades de âmbito laboral⁵¹. Atenda-se, como exemplos, a responsabilidade assumida pela Companhia do Caminho de Ferro do Monte nos anos de 1904⁵² e de 1923⁵³, bem como pela agremiação dos carreiros de Nossa Senhora do Monte – os condutores dos típicos carros que desciam até ao Funchal –, que chamaram a si a organização destas celebrações em 1920⁵⁴.

Os jornais diários atribuíram grande destaque às novenas organizadas pelas famílias mais abastadas do Funchal, que possuíam quintas situadas na freguesia onde, geralmente, passariam a época de verão. Esta novena em específico – chamada «dos veraneantes» ou «da colónia funchalense veraneante» – realizava-se, em regra, aos domingos, gerando alguma ocorrência por parte dos habitantes do centro da cidade. A celebração eucarística ganhava maiores proporções do que o habitual, acompanhada por um coro e música à «grande instrumental», sendo, não raras vezes, convidados padres de outras paróquias da ilha para presidir à cerimónia⁵⁵. O poder económico da referida colónia espelhava-se, de igual modo, nas decorações aplicadas ao próprio santuário e ao adro da igreja, iluminado, no início do século, por balões venezianos, instalando-se, a partir de 1920, a iluminação elétrica, alimentada por um motor colocado na Casa dos Romeiros⁵⁶.

Voltemos, de novo, aos dias da romaria: chegados à freguesia do Monte, a principal preocupação dos peregrinos passaria por cumprir os seus deveres religiosos. Tradicionalmente, o primeiro ritual consistia no beber água da fonte,

⁵⁰ Sem título, 8 de agosto de 1908, in *Diário Popular*, p. 1; Sem título, 10 de agosto de 1921, in *Diário de Notícias*, p. 1.

⁵¹ Tomando como exemplo o ano de 1915, os responsáveis pela organização das novenas em honra a Nossa Senhora do Monte foram os seguintes: dia 5 de agosto, os moradores do Sítio da Igreja e do Largo da Fonte; dia 6, os residentes no Curral dos Romeiros; dia 7, o sítio da Cancela e da Lombada; dia 8, a colónia funchalense veraneante; dia 9, um grupo de criadas da freguesia; dia 10, o capitão José Sotero e Silva; dia 11, a dona Leonor Coutinho Gorjão; dia 12, os moradores da Levada da Corujeira; dia 13, as famílias dos sítios da Corujeira de Fora e de Dentro («Crónica Religiosa», 5 de agosto de 1915, in *Diário da Madeira*, p. 1).

⁵² Sem título, 5 de agosto de 1904, in *Diário Popular*, p. 1.

⁵³ «Crónica Religiosa», in *Diário da Madeira*, p. 1.

⁵⁴ Sem título, 10 de agosto de 4 de agosto de 1923, 1920, in *Diário de Notícias*, p. 1.

⁵⁵ «Crónica Religiosa», 10 de agosto de 1912, in *Diário da Madeira*, p. 1.

⁵⁶ Sem título, 10 de agosto de 1920, in *Diário de Notícias*, p. 1.

onde, segundo a lenda, a imagem de Nossa Senhora surgiu miraculosamente, depois de ter pernoitado na ermida de Nossa Senhora da Encarnação. Situada na principal praça da freguesia – o Largo da Fonte –, esta bica de água corrente, inserida numa capela de mármore e cantaria, sofreu alterações significativas em 1897, contendo um nicho com a réplica da escultura devota. Os romeiros que por ali passavam, a caminho do santuário, benziam-se e bebiam a sua água fresca considerada milagrosa⁵⁷. Neste ritual denota-se a sacralização de um elemento da Natureza – a água –, numa aproximação aos antigos cultos naturalistas. Tal como já foi salientado pelo investigador Pierre Sanchis, as romarias portuguesas são palco de concentração e respetiva reprodução de uma psicologia popular regional, onde a apropriação da matriz católica pela pagã «permaneceu nas camadas mais profundas da memória colectiva»⁵⁸.

Figura 6 – *Sem Título* (Largo da Fonte, no Monte), c. 1908, fotografia a preto e branco de P. Marinho Jr.



Fonte: GOMES, 1909, «Nossa Senhora do Monte», p. 92.

Seguia-se a deslocação até ao santuário, onde milhares de romeiros subiam os 68 degraus até à entrada ornamentada do templo, sendo esta a morada da lendária

⁵⁷ PIO, 1978, *O Monte, Santuário Votivo da Madeira*, p.110.

⁵⁸ SANCHIS, 1992, *Arraial: Festa de um Povo [...]*, p. 324.

imagem de Nossa Senhora do Monte. Acompanhando a descrição de J. Reis Gomes de 1909, ao longo de toda a escadaria observava-se o cumprimento de promessas pelos «devotos, penitentes e romeiros, muitos, macerando os joelhos nas quinas do basalto, levando-lhe círios, pernas, braços, seios e cabeças de cera, quadros representando os perigos de que foram livres, piedosos documentos de tanta fé quanta dor e amargura num momento conjuradas»⁵⁹.

Figura 7 – *Sem Título* (Escadas de Acesso ao Santuário durante a Romaria de Nossa Senhora do Monte), c. 1908, fotografia a preto e branco de P. Marinho Jr.



Fonte: GOMES, 1909, «Nossa Senhora do Monte», p. 95.

Feitos em determinados momentos da vida – em que fora pedido, à Senhora do Monte, auxílio e interceção –, tais plácitos detêm em si um ritual de sacrifício de modo a solver a graça alcançada. É no interior do tempo, perante a presença da representação do lendário elemento escultórico, que o pagamento se consubstancia

⁵⁹ GOMES, 1909, «Nossa Senhora do Monte», p. 94.

e os populares atingiam o seu êxtase devocional. Com um ambiente propício à devoção, através do som de cânticos e de orações, o povo crente desfilava diante da imagem, no intuito de beijar a orla do seu manto dourado, concretizando assim um contacto físico com a representação simbólica do divino⁶⁰.

Numa análise à afluência dos romeiros/pagadores de promessas ao longo do friso temporal em estudo, constata-se que, embora sem dados quantitativos claramente definidos⁶¹, o número de devotos tendeu a aumentar de acordo com as dificuldades vividas no contexto insular. Os periódicos enaltecem as ocorrências extraordinárias de 1907, resultantes do cessar da epidemia de varíola, que dizimou um número significativo de populares em toda a ilha⁶², o mesmo se sucedendo em 1911, com o flagelo de cólera, que se manifestou em diversos pontos da cidade do Funchal, vitimando centenas de habitantes⁶³. À ocorrência extraordinária de peregrinos ocorrida na romaria de 1919, em concordância com o fim do conflito bélico⁶⁴, registou-se, no ano seguinte, uma afluência ainda maior, que poderíamos imputar ao fim do surto da pneumónica – mais conhecida por “gripe espanhola” –, vitimando em dois anos (1918-1919) 607 madeirenses⁶⁵, embora, neste caso em específico, os jornais insulares não estabeleçam essa causa e efeito⁶⁶.

Um dos maiores atos de fé presenciados no arquipélago decorreu do pagamento de uma promessa feita a Nossa Senhora do Monte pela sua suposta intervenção no *terminus* da I Guerra Mundial. Já aqui se aludiu que o Funchal foi palco de episódios resultantes do confronto beligerante então vivido, afetando, inclusivamente, vidas humanas⁶⁷. Neste contexto, as autoridades eclesiásticas e a

⁶⁰ «Crónica do Dia – Nossa Senhora do Monte», 14 de agosto de 1910, in *Diário Popular*, p. 1; Sem título, 15 de agosto de 1915, in *Diário da Madeira*, p. 1.

⁶¹ Encontramos somente duas referências ao número aproximado de romeiros presentes nas festividades, o que invalida maiores considerações sobre este assunto. O padre Plácido Pereira, no seu livro sobre a freguesia de Nossa Senhora do Monte (escrito por volta de 1913), estimou que o número de romeiros se fixava, nos dias de romaria, entre 3000 a 4000 (PEREIRA, 1914, *Nossa Senhora do Monte* [...], p. 47). Anos mais tarde, em 1922, o *Diário de Notícias* contabilizou, no arraial do Monte, o número de romeiros nos seguintes modos: «ainda assim não deixou de ser interessante e muito movimentado o espectáculo que ontem ofereceu o templo e as suas imediações onde formigavam uma numerosa multidão de romeiros que se pode calcular em 4 ou 5 mil» («Nossa Senhora do Monte – A Véspera», 15 de agosto de 1922, in *Diário de Notícias*, p. 1).

⁶² Sem título, 16 de agosto de 1907, in *O Jornal*, p. 1.

⁶³ Sem título, 16 de agosto de 1911, in *Diário Popular*, p. 1.

⁶⁴ «Arraial do Monte», 15 de agosto de 1919, in *Diário da Madeira*, p. 1.

⁶⁵ Segundo as estatísticas oficiais, o surto de gripe pneumónica na Madeira levou ao falecimento de 114 pessoas em 1918 e de 493 pessoas em 1919 (MORAIS, 2012, «Surtos epidémicos ocorridos em Portugal [...]», p. 98).

⁶⁶ «O arraial do Monte», 15 de agosto de 1920, in *Diário da Madeira*, p. 1.

⁶⁷ PEREIRA, 1989, *Ilhas de Zargo*, vol. II, pp. 839-840.

população da ilha uniram-se com o objetivo de pedir a interceção mariana com vista ao fim do conflito, ocorrendo, a 27 de julho de 1917, uma peregrinação diocesana ao santuário do referido orago⁶⁸.

A romagem partiu da Sé catedral, pelas oito horas da manhã, agregando vários devotos provindos de todas as freguesias da ilha, que fizeram questão de subir o Caminho do Monte descalços, numa atitude de penitência. Além das classes populares, aderiram algumas individualidades de elevado estatuto social, entre juristas, médicos, militares e comerciantes. No Largo da Fonte improvisou-se um altar com a centenária imagem de Nossa Senhora do Monte, rodeada de círios, ao presidir a cerimónia religiosa o antístite do Funchal, D. António Ribeiro, coadjuvado pelo pároco da respetiva freguesia, José Marques Jardim, que, na sua homilia, formulou o plácito nos seguintes modos: «Se Deus por intermédio de vós [Senhora do Monte] nos der a paz, cessando brevemente a guerra, eu me comprometo a levantar com o auxílio dos que quiserem fazer um memorial desse favor, para perpetuar a nossa gratidão e súplica de paz»⁶⁹.

A assinatura do armistício de Compiègne, a 11 de novembro de 1918, e o consequente fim do conflito foi compreendido como intervenção divina em resposta às preces do povo madeirense. Formou-se rapidamente uma comissão presidida pelo padre Marques Jardim, com o objetivo de concretizar a promessa de erguer um monumento em honra a Nossa Senhora no Terreiro da Luta, onde, pela primeira vez, segundo a lenda, esta apareceu à pastorinha⁷⁰. A angariação de fundos para o efeito ultrapassou os limites territoriais da ilha, com as contribuições generosas dos emigrantes dos Estados Unidos da América, Brasil e Guiana⁷¹, permitindo que, no dia 1 de novembro de 1923, fosse lançada a primeira pedra do edificado. Este foi composto por uma escultura de Nossa Senhora em mármore, assente sobre um plinto com baixos-relevos em bronze, cuja temática invoca a lenda de Nossa Senhora do Monte⁷², recebendo a denominação de Nossa Senhora da Paz. Por ser um pagamento efetivo de uma promessa, a sua inauguração ocorreu na véspera da romaria de Nossa Senhora do Monte (14 de agosto) no ano de 1927, conduzindo, para o Terreiro da Luta, dezenas de milhares de romeiros⁷³.

⁶⁸ PIO, 1978, *O Monte, Santuário Votivo da Madeira*, p. 114.

⁶⁹ PIO, 1978, *O Monte, Santuário Votivo da Madeira*, p. 114.

⁷⁰ PIO, 1978, *O Monte, Santuário Votivo da Madeira*, p. 114.

⁷¹ PIO, 1978, *O Monte, Santuário Votivo da Madeira*, p. 114.

⁷² SILVA, MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. 2, p. 394.

⁷³ «A Glorificação de Uma Obra», 27 de agosto de 1927, in *Diário da Madeira*, p. 1. No dia 1 de novembro do mesmo ano, os homens que trabalharam na execução do monumento ofereceram um

O acontecimento atrás relatado insere-se num momento nacional de fervorosa devoção mariana por parte das classes populares portuguesas, que atingiu maiores proporções com as “Aparições de Fátima” (iniciadas em 13 de maio de 1917) e deverá ser compreendido num contexto de notória instabilidade política e governativa – que caracterizou, de resto, toda a vigência da Primeira República –, de crise económico-financeira, agravada pela participação portuguesa na Grande Guerra, bem como de visível conflito social, resultante dos processos de laicização impostos pelo Estado republicano.

Entre os anos de 1901 e 1927, a organização e expensas da romaria de Nossa Senhora fizeram-se, exclusivamente, a partir das esmolas e da generosidade dos devotos⁷⁴. Os vigários responsáveis pela paróquia do santuário detiveram um papel preponderante na planificação de toda a festividade, passando pelo referido cargo três individualidades ainda hoje reconhecidas na esfera religiosa e cultural madeirense.

Colocado na orientação do templo no ano de 1897, o padre João Vicente de Faria e Sousa passou por períodos conturbados no seu consulado, dado o confronto direto com os ditames impostos pela Primeira República. Nos inícios de 1913 foi expulso da ilha e exilado para o Brasil – mais concretamente para a cidade de Ribeirão Preto –, sob a acusação de simpatia pelo regime deposto e por permitir, durante os dias da romaria, a colocação de bandeiras no adro do santuário que aludiam às cores e simbologia monárquica⁷⁵. A sua substituição provisória levou Plácido Pereira a assumir o comando do santuário, cujos dotes de erudição se encontram expressos na importante monografia sobre a freguesia e suas festividades, intitulada *Nossa Senhora do Monte Padroeira da Ilha* (1914). O seu sucessor, o padre José Marques Jardim, tornou-se responsável pela paróquia em 1915, ficando reconhecido, em toda a ilha, pela alcunha de “caixeiro viajante da Virgem”, dado o papel fundamental na recolha de verbas para o levantamento do monumento à Nossa Senhora da Paz, que o levou até às comunidades madeirenses residentes no estrangeiro⁷⁶.

gigantesco terço feito de pedras extraídas da ribeira de Santo António e unido com as correntes das âncoras dos vapores britânicos e franceses que tinham sido vítimas dos bombardeamentos de 1916. O transporte do terço foi feito por 300 homens, na sua maioria carreiros do Monte, que, partindo do Funchal até o Terreiro da Luta, demoraram, ao todo, seis horas, numa peregrinação penitencial acompanhada pela população. Chegados ao Terreiro da Luta, colocaram o referido terço em torno do monumento à Nossa Senhora da Paz (PIO, 1978, *O Monte, Santuário Votivo da Madeira*, p. 114).

⁷⁴ PEREIRA, 1914, *Nossa Senhora do Monte* [...], p. 41. A criação de uma confraria para tal efeito registou-se somente em 1933, com os estatutos aprovados pela autoridade eclesiástica (PIO, 1978, *O Monte, Santuário Votivo da Madeira*, p. 46).

⁷⁵ PEREIRA, 1914, *Nossa Senhora do Monte* [...], p. 32.

⁷⁶ Permaneceu no referido cargo até 1969.

Em contexto de romaria, a organização do serviço religioso contemplou a celebração da eucaristia como um dos pontos mais altos da festividade. Segundo Plácido Pereira, por volta de 1913, no dia da romaria (15 de agosto) realizavam-se pelo menos cinco missas «para que os romeiros não deixem de cumprir um dos principais deveres de católicos»⁷⁷. No ano de 1926, além da missa principal, que se realizaria ao meio-dia, estavam ainda destinadas três celebrações eucarísticas, marcadas para as quatro, seis e oito horas da manhã⁷⁸.

À missa principal – também denominada por “missa da festa” – era dado um carácter de maior magnanimidade, com a homilia geralmente entregue a um sacerdote convidado, detendo ainda um acompanhamento de coro e música *alla maniera* de «grande instrumental»⁷⁹. No dia 15 de agosto, as missas em honra à devoção de Nossa Senhora do Monte não se limitavam ao santuário da respetiva freguesia. Em algumas capelas da ilha – tais como a dos Varadouros (no Funchal) e a de Nossa Senhora do Monte, na freguesia de Ponta do Sol – celebrava-se o culto à referida devoção, colmatando, deste modo, a impossibilidade de alguns devotos se deslocarem ao santuário⁸⁰.

Após a celebração eucarística, seguia-se a saída, em procissão, da imagem votiva, transportada num andor pelos romeiros, percorrendo, por momentos, os caminhos profanos do arraial e do quotidiano humano, modificando-os e tornando-os sagrados, pelo menos durante o período da sua passagem⁸¹. Com o fim da procissão, «os largos e as ruas do parque vão ficando desertas só ensombrados pelos espessos arvoredos e perfumados pelo aroma das flores»⁸². Depois de cumpridos os preceitos religiosos, os romeiros, aos poucos, despediam-se do Monte, rumo ao contexto espacial do seu quotidiano. Mas, nem só de rituais ao sagrado vive uma romaria. Entremos, pois, no *locus* profano.

5 – Arraial: «festa de um povo»

O arraial, enquanto epicentro do folguedo dos romeiros, fez-se um pouco por toda a freguesia, sobretudo nas imediações do santuário, com as zonas de maior

⁷⁷ PEREIRA, 1914, *Nossa Senhora do Monte* [...], p. 48.

⁷⁸ «Arraiais Madeirenses», 14 de agosto de 1926, in *Diário da Madeira*, p. 1.

⁷⁹ Sem título, 14 de agosto de 1909, in *Diário Popular*, p. 1.

⁸⁰ Sem título, 14 de agosto de 1909, in *Diário Popular*, p. 1.

⁸¹ PEREIRA, 1914, *Nossa Senhora do Monte* [...], p. 48.

⁸² PEREIRA, 1914, *Nossa Senhora do Monte* [...], p. 48.

convergência a se fixarem: a oeste, no Largo da Fonte, no Parque Leite Monteiro e na estação dos caminhos de ferro; e a este, no Largo da Conceição (antigo Largo das Babosas), que se desenvolvia em torno de uma pequena capela dedicada ao referido orago⁸³.

Nos primeiros anos do século XX, a ornamentação dos espaços subjacentes ao templo apresentou-se com velas de estearina dentro de balões venezianos. Na fachada e nas torres da igreja destacaram-se os denominados “vidrinhos”, compostos por copos coloridos contendo azeite e um pavio que, depois de aceso, produzia um peculiar efeito de iluminação⁸⁴. A luz elétrica só foi definitivamente adotada em 1924, constituindo-se numa novidade para os romeiros que vinham de outras freguesias da ilha, onde tais inovações ainda não se faziam sentir⁸⁵.

Figura 8 – *Sem Título* (Fachada e Adro do Santuário de Nossa Senhora do Monte durante a Romaria), c. 1908, fotografia a preto e branco de P. Marinho Jr.



Fonte: GOMES, 1909, «Nossa Senhora do Monte», p. 95.

⁸³ «O Arraial do Monte», 15 de agosto de 1917, in *Diário da Madeira*, p. 1.

⁸⁴ GOMES, 1909, «Nossa Senhora do Monte», pp. 97-99.

⁸⁵ «A Freguesia do Monte», 2 de agosto de 1924, in *Diário de Notícias*, p. 1; «Nossa Senhora do Monte – O Arraial Mais Popular da Madeira», 15 de agosto de 1924, in *Diário de Notícias*, p. 1.

Os largos e ruas da freguesia encontravam-se enfeitados por bandeiras e galhardetes pendurados em arcos e mastros cobertos de louro e murta, tendo ainda retoques de hortênsias, alecrim e malvas vermelhas⁸⁶. O labor de revestir de festa as ruas do Monte, e de grande parte das festividades madeirenses, ficou sob a responsabilidade das firmas de Fabrício Rodrigues, Honorato Rodrigues e Manuel Andrade – esta última mais conhecida pelo nome de Alma Grande⁸⁷.

Nos vários recantos do arraial, com maior incidência no Largo da Conceição, instalavam-se barracas de comércio improvisado, feitas de madeira e cobertas de lona ou de ramos de loureiro. Nelas se vendiam carne para a confeção das típicas espetadas madeirenses, assadas pelos romeiros nas brasas de fogueiras feitas no chão ou em braseiros instalados para o efeito⁸⁸. Ao longo dos trilhos da freguesia de Nossa Senhora do Monte dispuseram-se vários pontos de comércio improvisado, como um verdadeiro mercado a céu aberto, destacando-se a venda de vinho, frutas da época e guloseimas⁸⁹. No ano de 1912, realce-se a instalação, no Largo da Conceição, de barracões para venda de bebidas espirituosas, um bazar de sortes e rifas a favor dos trabalhos de melhoramento da capela nele situada, para além de um carrocel com a capacidade de trabalhar toda a noite pelo preço de 40 réis por cada “viagem”⁹⁰.

As casas de restauração da freguesia publicitavam os seus serviços nas páginas dos jornais regionais, com destaque para o Restaurante da Fonte⁹¹ e o Restaurante do Rabaçal⁹², ambos situados no Largo da Fonte. Tinham como clientela as classes mais remediadas, uma vez que grande parte dos romeiros levaria consigo cestas com víveres destinados a serem consumidos no arraial.

A luta pela não sobreposição do ambiente profano durante as ritualizações de âmbito católico (missas e procissão) levou as autoridades eclesiásticas a procederem a uma vigilância constante sobre os espaços de negócio. Em 1916, o padre José

⁸⁶ GOMES, 1909, «Nossa Senhora do Monte», p. 99.

⁸⁷ CALDEIRA, 1964, *O Funchal no primeiro quartel* [...], p. 31.

⁸⁸ «Arraial do Monte», 14 de agosto de 1912, in *Diário da Madeira*, p. 1; VIEIRA, 15 de agosto de 1913, «Arraiais Madeirenses – Festa de Nossa Senhora do Monte», p. 1. Seria necessária autorização legal do Governo Civil para o abatimento do gado *vacum* destinado ao consumo no arraial («Carne para o arraial do Monte», 13 de agosto, de 1920, *Diário de Notícias*, p. 1.) Eram abatidas por volta de 20 cabeças de gado *vacum* por arraial, cujo preço variava de ano para ano. Em 1917, a carne para as espetadas vendia-se no Largo da Fonte a quarenta centavos o quilo («O arraial de Nossa Senhora do Monte», 15 de agosto de 1917, in *Diário da Madeira*, p. 1). No ano de 1920, o preço fixado para a mesma quantidade subiu para mais do dobro, custando um escudo («Carne para o arraial do Monte», 13 de agosto de 1920, in *Diário de Notícias*, p. 1).

⁸⁹ «O Arraial do Monte», 15 de agosto de 1917, in *Diário da Madeira*, p. 1.

⁹⁰ «O Arraial do Monte», 14 de agosto de 1912, in *Diário da Madeira*, p. 1.

⁹¹ «Para o Monte», 14 de agosto de 1903, in *Diário de Notícias*, p. 1.

⁹² «No Monte», 14 de agosto de 1925, in *Diário de Notícias*, p. 1.

Marques Jardim chegou a redigir um documento que impôs a responsabilização por parte dos comerciantes das proximidades do adro do santuário, oficializando, com assinatura aposta, o seu comprometimento em encerrar os estabelecimentos durante as cerimónias religiosas⁹³.

Entremos pelos sons típicos do arraial e as diversas formas de exteriorização da folia popular. Ao longo do período cronológico em estudo, não faltou o rebentamento do fogo-de-artifício, empregue com a função de anunciar à região – em particular às freguesias vizinhas – o epicentro das festividades. Denota-se a utilização das modalidades de fogo preso e de fogo queimado – este último aplicado em quantidades significativas⁹⁴ –, produzidos nas conhecidas fábricas pirotécnicas de Viana do Castelo e vendido, no Funchal, pela firma António de Andrade & filhos⁹⁵.

Nas sonoridades de âmbito musical, particularize-se a importância das bandas filarmónicas nas festividades votivas no país – não sendo exceção a de Nossa Senhora do Monte –, uma vez que, já na centúria de Oitocentos, trouxeram para o espaço público determinado gosto musical que anteriormente se restringia a ambientes elitistas⁹⁶. Nos dias do arraial madeirense tornou-se hábito a contratação e respetiva atuação da Filarmónica dos Artistas Funchalenses⁹⁷.

Os sons da folia dos romeiros – com os tradicionais cantos, despiques e charambas – tinham lugar logo após o cumprimento das promessas e das orações ao orago, prolongando-se ainda pela noite dentro⁹⁸. Nos vários caminhos e largos da estância do Monte, o povo dava azo ao seu divertimento, com a formação de pequenas rodas contendo tocadores de instrumentos tradicionais e cantadores (de ambos os sexos) que se desafiavam mutuamente, através de um diálogo improvisado em forma de rima – encontrando-se aí, não raras vezes, autênticos poetas populares –, com palavras de ironia, impetuosidade e menosprezo mútuo, chegando, por vezes, à injúria, embora, no final, tudo acabasse bem, como podemos presenciar nos versos em diálogo aqui transcritos, recolhidos, em 1909, por J. Reis Gomes:

⁹³ PIO, 1978, *O Monte, Santuário Votivo da Madeira*, p. 206.

⁹⁴ «Nossa Senhora do Monte – A véspera», 15 de agosto de 1922, in *Diário de Notícias*, p. 1.

⁹⁵ Sem título, 10 de agosto de 1921, in *Diário de Notícias*, p. 1.

⁹⁶ CASCÃO, 1993-1994, «Vida Quotidiana e Sociabilidade», pp. 504-506.

⁹⁷ A partir dos periódicos consultados (referentes aos anos de 1901 a 1927), evidencie-se a constante renovação da contratação da Filarmónica dos Artistas Funchalenses para atuar no Monte durante os dias de romaria.

⁹⁸ «Nossa Senhora do Monte», 15 de agosto de 1909, in *Diário Popular*, p. 1.

«– Que lindos olhos vieram
Hoje a esta romaria:
Cada dois com o seu derriço
Cada dois com companhia.
[...]
– Se são lindos os do campo,
Os de cá matam de amor:
'tou vendo uns que tir'o folgo
Ao primeiro cantador.
[...]
– O dono d'esta viola
Faz do charamba um trovão.
Mas nam m'assusta qu'os raios
Cahem-lhe ao pé do bordão.
[...]
– O trovão inda o mais rijo
Nam é que o há-de abraçar:
O perigo 'stá nos coriscos
Que a moça tem no olhar.
E junto áquella parede
Ai, Senhora Santa Bárbara,
'tão elles a fuzilar»⁹⁹.

No entanto, se, por um lado, o ambiente do despique era de “desamor” ou de pura ironia, por outro tomava contornos de sedução e de erotismo. Ao som de cantares e bailares trocavam-se olhares enamorados de malícia e de atrevimento entre rapazes e raparigas que assistiam a estas manifestações lúdicas¹⁰⁰. A presença de um certo erotismo no arraial terá sido uma constante (como ainda o é na atualidade), por se constituir numa ocasião propícia ao encontro de jovens, de ambos os sexos, provenientes de diferentes freguesias. Neste âmbito, os relatos que nos chegaram dos dias de festa descrevem algumas exteriorizações fora da normas-padrão de etiqueta e sobriedade comportamental estabelecidas na sociedade da época, uma vez que «nos degraus pelo adro estão deitados promiscuamente rapazes e raparigas, cabeça d'um no regaço do outro, juntos aos paes ébrios e sonolentos»¹⁰¹. Posteriormente, o mesmo autor salienta a presença de «levianas criadas de servir» que passavam pelo arraial de braço dado com soldados¹⁰².

⁹⁹ GOMES, 1909, «Nossa Senhora do Monte», p. 97.

¹⁰⁰ «Nossa Senhora do Monte», 15 de agosto de 1909, in *Diário Popular*, p. 1.

¹⁰¹ GOMES, 1909, «Nossa Senhora do Monte», p. 99.

¹⁰² GOMES, 1909, «Nossa Senhora do Monte», p. 99.

Apesar da folia, êxtase, erotismo e confusão típica dos grandes ajuntamentos de indivíduos, o próprio padre Plácido Pereira corroborou que o ambiente desta romaria mariana se vivia num ambiente pacífico e calmo «predominando um sentimento de paz e o mais puro sentimento religioso»¹⁰³.

Mas se neste arraial reinaria, por norma, a tranquilidade, outros havia que se constituíam em locais propícios a confrontos entre moradores de diferentes freguesias ou de lutas premeditadas de camponeses por questões transatas mal resolvidas, como seria o caso das festividades do Santo da Serra¹⁰⁴. De forma a assegurar a ambiência pacífica da romaria de Nossa Senhora do Monte, as forças policiais funchalenses seguiam todas as manhãs do dia 14 de agosto para o local das festividades, com vista ao policiamento do arraial¹⁰⁵. Os desaguisados, ainda assim, se sucediam, como ocorreu no ano de 1911, marcado pela detenção de vários romeiros, provocada por desacatos e excesso de álcool¹⁰⁶, ou em 1915, registando-se o furto de um relógio de bolso, que levou à prisão do perpetrador¹⁰⁷.

Após os momentos de folguedo, a pernoita dos romeiros no arraial fazia-se, sobretudo, ao ar livre¹⁰⁸, conquanto existisse um edifício para o efeito, situado ao lado do templo, com a denominação de Casa dos Romeiros¹⁰⁹. Por ser uma pequena construção antiga, com somente dois andares, a exiguidade do espaço não permitiria a sua ocupação por muitas famílias. A origem deste edifício perdeu-se no tempo, existindo, contudo, outros protótipos em diferentes localidades da ilha – Câmara de Lobos, Santo da Serra, Porto Moniz e Ponta Delgada –, associados a festividades religiosas de média/grande dimensão¹¹⁰.

Perante o que atrás se disse, parafraseemos o académico de mérito Pierre Sanchis, por entender o arraial como uma verdadeira «festa de um povo», onde este mais expressa – num espaço fora do seu mundo quotidiano – os elementos inerentes à sua identidade e devoção¹¹¹.

¹⁰³ PEREIRA, 1914, *Nossa Senhora do Monte* [...], p. 54.

¹⁰⁴ PEREIRA, 1989, *As Ilhas de Zarco*, vol. II, p. 499.

¹⁰⁵ «Arraial do Monte – Força Policial», 14 de agosto de 1911, in *Diário de Notícias*, p. 1.

¹⁰⁶ «No Monte», 16 de agosto de 1911, in *Diário de Notícias*, p. 1.

¹⁰⁷ «O Arraial de Nossa Senhora do Monte», 16 de agosto de 1915, in *Diário da Madeira*, p. 1.

¹⁰⁸ VIEIRA, 15 de agosto de 1913, «Arraiais Madeirenses – Festa de Nossa Senhora do Monte», p. 1.

¹⁰⁹ PEREIRA, 1914, *Nossa Senhora do Monte* [...], p. 54.

¹¹⁰ PEREIRA, 1989, *As Ilhas de Zarco*, vol. II, p. 499.

¹¹¹ SANCHIS, 1992, *Arraial: Festa de um Povo* [...].

6 – «adeus, Senhora, até ao ano»

Depois da folia noturna e do cumprimento dos deveres religiosos no dia seguinte – nomeadamente a assistência ou participação na procissão –, as festividades em honra de Nossa Senhora do Monte entravam no seu *terminus*, com a gradual debandada dos visitantes para as suas freguesias de origem. Ainda assim, as descrições da época salientam o hábito de os romeiros tomarem, antes da partida, um recheado almoço ao ar livre, bem necessário para repor as energias gastas na véspera, dando ainda força e ânimo para a torna-viagem. Sob as sombras dos pinhais do Monte, os peregrinos estendiam as suas toalhas,

«descarregando as cestas bem fornidas: carne de vinho e alhos, pão com grãosinho de herva doce, carne assada da véspera, azeitonas de escabeche, «p'ra dentinho» vinho novo para as grandes libações, e nos almoços mais selectos da pequena burguesia da cidade uns boiões de genebra, que gosa de fama de socegar os estomagos mais irritados pela violência de tão pantagruélicos e grosseiros piqueniques»¹¹².

Para além da recordação, guardada em cada um, dos tempos de exceção vividos nas festividades, registe-se ainda a necessidade da aquisição de objetos de memória que corroborariam a presença dos romeiros no arraial, acarretando em si a simbologia de todo o espírito religioso e profano da romaria. Sobre este aspeto, enalteça-se a compra das típicas rosquilhas de centeio que os rapazes colocavam nas copas dos chapéus como forma de ornamentação¹¹³ ou a aquisição – e uso ao pescoço por parte das raparigas – das bonecas de massa, produzidas a partir de farinha de milho açafroado e enfeitadas com penas de aves ou com pequenos retoques de papéis azuis e vermelhos¹¹⁴. Constituindo-se, ainda hoje, uma das principais imagens de marca dos arraiais madeirenses – e desta romaria em específico –, este elemento de singela manifestação artesanal também se colocava nas paredes das habitações dos romeiros, ao trazer-se, com tal ato, o ícone do arraial para dentro do lar, marcando, deste modo, presença no dia a dia dos populares.

A saída do Monte e o conseqüente regresso aos locais de partida ocorreriam, geralmente, no início da tarde (do dia 15 de agosto), com a descida dos peregrinos até ao centro do Funchal ou trilhando outras veredas, dependendo do destino que pretendiam alcançar, com o ambiente ainda assim imbuído pelo espírito festivo exteriorizado pelas danças e canções populares¹¹⁵.

¹¹² GOMES, 1909, «Nossa Senhora do Monte», pp. 100-101.

¹¹³ GOMES, 1909, «Nossa Senhora do Monte», p. 100.

¹¹⁴ GOMES, 1909, «Nossa Senhora do Monte», p. 100.

¹¹⁵ GOMES, 1909, «Nossa Senhora do Monte», p. 100.

Neste trajeto, e para maior rapidez na chegada ao destino, os transportes coletivos e individuais já utilizados na ida também disponibilizavam os seus serviços, acrescentando ainda os conhecidos carros de cesto do Monte, cuja origem remonta aos inícios da segunda metade da centúria de Oitocentos, formados, segundo a descrição do *Elucidário Madeirense*, a partir de um

«tabuleiro de vimes, assente em dois paus ou réguas untadas com sebo, tendo um assento ou canapé com costas, também em vimes, onde cabem duas ou três pessoas. Na frente e em cada lado estão presas duas cordas em que pegam dois homens [os denominados carreiros] que caminham atrás e ao lado do carro e, com estas cordas, o sustêm e guiam»¹¹⁶.

Dada a velocidade significativa atingida por este meio de transporte, o Caminho do Monte far-se-ia em não mais do que 10 minutos até um ponto já próximo do centro do Funchal¹¹⁷.

Figura 9 – B. P. 105 – Madeira. Monte Railway and sledge car (Comboio e Carro do Monte descendo para a Cidade do Funchal), c. 1908, fotografia a preto e branco de P. Marinho Jr.



Fonte: GOMES, 1909, «Nossa Senhora do Monte», p. 101.

De regresso a casa, os romeiros levariam consigo a satisfação de dois dias de festa dedicados à padroeira da Madeira, entremeando o seu dia a dia laboral com

¹¹⁶ SILVA, MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. 3, p. 370.

¹¹⁷ GOMES, 1909, «Nossa Senhora do Monte», p. 102.

alguns momentos episódicos de lazer e de divertimento. Estes seriam, certamente, dois dias recordados com prazer, como nos demonstra, com elegante expressão literária, um excerto, a seguir transcrito, de J. Reis Gomes:

«Pelo cais e imediações da Estrada da Cidade, fatigados, com os cabelos em desalinho, empastados de suor, assentados pela rua, vêem-se agora os grandes foliões da véspera, esperando adormentados a hora em que o barco ou o vapor costeiro os leve às suas terras para recomeçarem no dia seguinte a rude faina da enxada, da pesca ou das pedreiras. A lembrança de que beijaram a Virgem, ou a avistaram, ao menos, no seu altar florido, dá-lhes alento para reentrarem na vida fragosa de que a romaria foi uma deliciosa pausa. A fadiga não lhes deu sociedade; e é já antegozando esse prazer que abrange tanto o corpo como a alma, que cada um envia, cá do mar, um olhar de despedida ao branco templo, murmurando para si, entre uns laivos de saudade – adeus, Senhora, até ao ano...»¹¹⁸.

7 – Saudades da Terra

Segundo Joaquim Plácido Pereira, antes da partida para terras distantes, muitos futuros emigrantes deslocavam-se ao santuário de Nossa Senhora do Monte, numa derradeira visita à devota imagem, pedindo a sua bênção para a decisão já tomada de abandonar a ilha¹¹⁹.

Nos seus regressos (temporários ou em definitivo) procuravam demonstrar o seu afeto a Nossa Senhora do Monte, através da organização de uma novena – como ocorreu, por exemplo, em 1904¹²⁰ – ou do pagamento de promessas nos dias de romaria, apresentando uma generosidade monetária por vezes excessiva, que pretendia afirmar, perante a sociedade (sobretudo as pessoas que os viram partir) a sua nova posição financeira¹²¹. A elaboração do próprio monumento de Nossa Senhora da Paz, como já aqui se referiu, só foi possível com as ofertas providas dos emigrantes madeirenses, com particular destaque para os residentes nos Estados Unidos da América¹²². Esta seria uma forma de demonstrar o apreço pelo orago, ao mesmo tempo que se constituía num momento de afirmação perante os que ficaram na ilha ou mesmo perante outros congéneres.

¹¹⁸ GOMES, 1909, «Nossa Senhora do Monte», p. 102.

¹¹⁹ PEREIRA, 1914, *Nossa Senhora do Monte* [...], p. 48

¹²⁰ Sem título, 11 de agosto de 1904, in *Diário Popular*, p. 1.

¹²¹ PEREIRA, 1989, *As Ilhas de Zarco*, vol. II, p. 488.

¹²² RIBEIRO, 1991, *Breve resenha histórica* [...], p. 55.

Tal como os habitantes da Grécia Antiga que, em pleno século VIII a. C., se deslocaram para o Mediterrâneo, levando consigo a sua língua, a sua religião e os seus costumes, os emigrantes madeirenses (de antanho e até mesmo os contemporâneos) não deixaram de repetir o mesmo gesto, celebrando, em novos espaços, os rituais da sua identidade e, em particular, da sua devoção a Nossa Senhora do Monte.

De acordo com a investigadora Beatriz Rocha-Trindade – especialista na área da sociologia das migrações –, os atos festivos organizados pelos emigrantes no estrangeiro caracterizam-se pela tendência «para um maior purismo na selecção dos elementos culturais que figuram na festa e que tendem a conformar-se estritamente com os estereótipos da cultura portuguesa e das culturas regionais»¹²³. Tal análise poderia, de igual modo, reportar-se às manifestações dedicadas a Nossa Senhora do Monte ocorridas fora de portas entre 1901 e 1927, ao constatar-se uma vontade de seguir cuidadosamente os preceitos patrimoniais estabelecidos pela “romaria-mãe”.

Atenda-se ao exemplo das antigas Ilhas Sandwich (atual arquipélago do Havai), de grande incidência na emigração madeirense e açoriana nos inícios da centúria, dadas as oportunidades de trabalho nas fazendas de cana-de-açúcar¹²⁴. No vale do Kalihi ergueu-se, em 1902, um templo dedicado a Nossa Senhora do Monte, sob a orientação de José Nóbrega do Nascimento, celebrando-se, na data correspondente, o referido culto, com grande parte das especificidades vividas na freguesia funchalense, desde os ritos religiosos (missas e procissão), às manifestações do arraial, com banda filarmónica, gastronomia regional e os célebres cantares populares, cujas quadras aqui se transcrevem¹²⁵:

«Vamos todos em romaria,
Ao lindo vale do Monte,
Vamos gozar os frescos
De Nossa Senhora do Monte

Era uma vez uma fonte
A correr aos gorgolejos;
Por entre beijos e lágrimas;
Entre lágrimas e beijos...

¹²³ ROCHA-TRINDADE, 1991, *Espaços de festa* [...], p. 55.

¹²⁴ CALDEIRA, 1964, *O Funchal no primeiro quartel* [...], p. 74.

¹²⁵ PEREIRA, 1914, *Nossa Senhora do Monte* [...], pp. 51-52.

Nasceu da raiz dos montes,
Abre-se em rosa, na fragua;
Tristes olhos de alegria!
Verdes olhos rasos d'água.

Corre, sob o sol estio,
Linda e fresca, meigo rosto...
Parece um dia de Abril
A correr no mês de Agosto!

Bebe-a um tojo ressequido,
E logo enverdece, ao sol;
Ave humilde, quando a bebe
Desafia o rouxinol!

E lá vai, descendo o Monte
Por onde topa raízes;
Faz de vidas de amargura
Ingénuas vidas felizes»¹²⁶.

Foram os mesmos emigrantes que deram a conhecer, aos habitantes autóctones, os cordofones típicos das rodas musicais dos arraiais madeirenses – entre eles o braguinha e o rajão –, que se encontram na origem do mundialmente famoso *ukulele*, atualmente considerado o instrumento mais representativo da música havaiana.

Noutros pontos geográficos, mais propriamente em Demerara (Guiana), na Sacred Hear Church,

«todos os anos a colónia madeirense celebra as novenas e festa de 15 de agosto com maior entusiasmo e luzimento do que na própria Madeira. É que as saudades da pátria lhe intensificam o sentimento religioso, unindo-a em espírito n'aquela quadra religiosa do ano, às famílias que se regozijam e expansivamente na sua terra natal»¹²⁷.

A este apontamento, publicado, em 1914, por Plácido Pereira, segue-se um outro da celebração do culto de Nossa Senhora do Monte no planalto de Moçâmedes, região do Lubango (Angola), onde se estabeleceu, desde 1885, uma colónia de emigrantes madeirenses, que ergueu, «num sítio pitoresco e aprazível», a ermida dedicada à referida vocação¹²⁸, considerada, atualmente, um dos expoentes máximos do património arquitetónico de Huíla.

¹²⁶ PEREIRA, 1914, *Nossa Senhora do Monte* [...], pp. 52-53.

¹²⁷ PEREIRA, 1914, *Nossa Senhora do Monte* [...], p. 53.

¹²⁸ PEREIRA, 1914, *Nossa Senhora do Monte* [...], pp. 53-54.

Com o evoluir dos anos, e já fora da tábua cronológica definida, comprovam-se mais evidências da “exportação do culto” mariano madeirense, levado, pelos “filhos da terra”, a outras geografias, como por exemplo o Brasil, a Venezuela, os Estados Unidos da América, a África do Sul e o Canadá.

8 – Súmula: Esparsos de Identidade da «ilha em forma de cão sentado»

Enquanto *locus* de união dos habitantes de uma determinada circunscrição territorial, a festa popular é um importante acontecimento onde a identidade coletiva mais se expõe, se interroga e, com o evoluir dos tempos, se adapta às novas circunstâncias. Nas várias fases inerentes à sua realização ocorrem diversos ritos que são testemunhos da criação de um povo, constituindo-se num verdadeiro património vivo.

A reunião de diferentes gerações de habitantes num só contexto espacial permite que os preceitos identitários sejam transmitidos de geração em geração, através do ensinamento pelos mais velhos e da sua assimilação pelos mais novos. É no espaço festivo que o “sentimento de si” de um coletivo mais se define, aperfeiçoa e se molda aos novos tempos, uma vez que se constitui num verdadeiro campo privilegiado para a preservação da memória coletiva.

Ao avançarmos para o exercício de estudar a romaria de Nossa Senhora do Monte entre os anos de 1901 e 1927, não nos cingimos somente ao objetivo de amplificar o conhecimento histórico no âmbito da sociabilidade e vida quotidiana insular, pretendendo, sobretudo, compreender as manifestações do foro patrimonial então existentes, ainda assim concordantes, na sua maioria, com as observadas na atualidade. A devoção do povo madeirense levou a que, num movimento cíclico, anualmente renovado, os romeiros se ausentassem do seu espaço diário e rumassem à freguesia do Monte, levando consigo a sua religiosidade e os “sentidos de pertença” que formam o seu alicerce identitário. Estes manifestam-se:

- a) na narrativa que fundamenta o mito (a lenda de Nossa Senhora do Monte);
- b) nos rituais religiosos que perpetuam o mito (novenas, beber a água da fonte, pagamento de promessas, visita ao santuário e conseqüente adoração à representação escultórica do orago, celebrações eucarísticas e procissão);
- c) nas decorações aplicadas (no interior da igreja e no espaço adjacente, onde se desenvolve o arraial);
- d) em momentos de folia corporalmente expansiva (cantos em louvor ao orago, músicas e danças regionais, despiques ao som de instrumentos tradicionais);

- e) nos sabores gastronómicos (bolo do caco, rosquilha, pão de erva doce, carne de vinho e alhos, espetada, vinho, etc.);
- f) nos objetos de memória do *locus* festivo (bonecas de massa);
- g) na antroponímia associada ao orago (Maria do Monte);
- h) nas edificações associadas à romaria (Casa dos Romeiros);
- i) nas práticas do “ir à romaria” a pé, através de circuitos pré-definidos (Caminho do Monte);
- j) nos meios transportes utilizados (vapores de cabotagem, cavalos de aluguer, carro americano, comboio, automóvel e carro do Monte).

Num exercício de comparação com a atualidade, constata-se que as três últimas alíneas sofreram maior erosão com o passar do tempo, devido a tais práticas caírem naturalmente em desuso, pela sua substituição por protótipos de tecnologia mais recente ou mesmo pela sua inadequação ao *modus vivendi* moderno.

A constituição do arquétipo do espaço original em territórios distantes, pela ação (e emoção) dos emigrantes madeirenses, serve de barómetro para a própria classificação de ente patrimonial, demonstrando a sua relevância na definição da identidade de determinado território.

A preservação destes “sentidos de pertença” e o seu uso ponderado como mais-valia social e económica – por exemplo, através da planificação de um turismo patrimonial sustentável – deverão ser compreendidos e postos em prática pelos agentes que intervêm ao nível do território (local e regional), entre os quais os programadores culturais, os organismos coletivos, os gestores da *res publica* e a própria população. Neste aspeto, a sustentabilidade patrimonial deverá passar pela criação de produtos experienciais compactos, onde a essência e os modos de ser e de fazer de um povo permaneçam vivos e protegidos – sem grandes adulterações, desvirtuamentos ou pastiches redutores –, estando, ao mesmo tempo, disponíveis para uma apreciação por parte do “outro”.

Preservemos, pois, os alicerces identitários da «ilha em forma de cão sentado» – uma elegante e poética descrição da Madeira pelo seu maior poeta, Herberto Helder –, que são o resultado da visão e ação dos Homens que, ao longo dos séculos, nela viveram e da sua peculiar interação com o meio natural cercado pelo mar.

Fontes e Bibliografia

a) Títulos Consultados

- AGUIAR, Fernando de, 1951, *Cousas da Madeira*, 2 vols., 2.^a edição, Lisboa, Mar Largo.
- AZEVEDO, Álvaro Rodrigues de, 1880, *Romanceiro do Arquipélago da Madeira*, Funchal, Typ. Voz do Povo.
- BALLART, J., 1997, *El Patrimonio Histórico y Arqueológico: Valor y Uso*, Barcelona, Ariel.
- BARROS, Jorge et al., 2003, *Festas e Tradições Portuguesas*, vol. – julho e agosto, Lisboa, Círculo de Leitores.
- BOYD, P., 2006, *Cultural Heritage*, London, Continuum.
- BRAGA, Teófilo de, 1985-1986, *O povo português nos seus costumes crenças e tradições*, 2 vols., Lisboa, Dom Quixote.
- BRANCO, Jorge Freitas, 1987, *Camponeses da Madeira: as bases materiais do quotidiano no arquipélago: 1750-1900*, Lisboa, Dom Quixote.
- CALAF MASACHS, R. et al., 2006, *Miradas al Patrimonio*. Gijon, Trea.
- CALDEIRA, Abel Marques, 1964, *O Funchal no primeiro quartel do século XX (1900-1925)*, Funchal.
- CARRIER, H., 1995, *Heritage Interpretation*, London, Belhaven.
- CARVALHO, Ana, 2011, *Os Museus e o Património Cultural Imaterial: Estratégias para o Desenvolvimento de Boas Práticas*, Lisboa/Évora, Colibri/CIDEHUS.
- CASCÃO, Rui, 1993-1994, «Vida Quotidiana e Sociabilidade», in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 5 – *O Liberalismo (1807-1890)*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 517-541.
- CHAVES, Duarte Nuno (coord.), 2019, *Memória e Identidade Insular. Religiosidade, Festividades e Turismo nos Arquipélagos da Madeira e Açores*, Lisboa/São Miguel/São Jorge, CHAM – Centro de Humanidades, FCSH, Universidade dos Açores, Santa Casa da Misericórdia de Velas, São Jorge.
- COELHO, Adolfo, 1993, *Obra Etnográfica*, 2 vols., Lisboa, Dom Quixote.
- DUVIGNAU, Jean, 1973, *Fête et civilization*, Paris, Weber.
- FERNANDES, Júlia M. V. et al., 1982, *O transporte na Madeira*, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- FREITAS, Duarte Manuel Roque, 2009, *Pelos trilhos do património cultural madeirense: a romaria de Nossa Senhora do Monte*, Lisboa, Apenas Livros.
- FRUCTUOSO, Gaspar, 1873, *As Saudades da Terra*, Livro II, anotações por Álvaro Rodrigues de Azevedo, Typ. Funchalense, Funchal.

- GOMES, J. Reis, 1909, «Nossa Senhora do Monte», in *Serões*, Lisboa, 2.^a série, n.º 44, pp. 91-102.
- GOMES, Maria de Fátima, 1988, «Festas – Romarias na Madeira», in *Atlântico*, n.º 14, pp. 140-148.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca, 2002, *El Patrimonio Cultural: la memoria recuperada*, Gijón, Trea.
- HOWARD, Peter, 2003, *Heritage. Management, Interpretation, Identity*, Londres-Nova Iorque, Ed. Continuum.
- LIMA, José da Silva, 2002, «Festas», in AZEVEDO, Carlos Moreira (coord.), 2000-2002, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Círculo dos Leitores, pp. 251-263.
- MASACHS, O. C., 2009, *Didáctica del patrimonio: epistemología, metodología y estudio de casos*, Gijón, Trea.
- MENDES, J. Amado, 2013, *Estudos do Património. Museus e Educação*. Coimbra, Imprensa da Universidade.
- MORAIS, J. A. David, 2012, «Surto epidémico ocorrido em Portugal na primeira metade do século XX: abordagem histórico-epidemiológica. III – Gripe pneumónica», in *Medicina Interna: Revista da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna*, vol. 19, n.º 2, pp. 97-104.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, 1984, *Festividades Cíclicas em Portugal*, Lisboa, Dom Quixote.
- PEDROSO, Consiglieri, 1998, *Contribuições para uma mitologia popular portuguesa e outros escritos etnográficos*, Lisboa, Dom Quixote.
- PEREIRA, Eduardo C. N., 1989, *Ilhas de Zargo*, 2 vols., 4.^a edição, Funchal, Câmara Municipal do Funchal.
- PEREIRA, Joaquim Plácido, 1914, *Nossa Senhora do Monte, Padroeira da Ilha*, Funchal.
- PIO, Manuel Ferreira, 1978, *O Monte, Santuário Votivo da Madeira*, 2.^a edição aumentada, Funchal, Junta de Freguesia do Monte, 1978.
- RIBEIRO, João Adriano, 1991, *Breve resenha histórica da freguesia de Nossa Senhora do Monte*, Funchal, Fundação Berardo.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 1991, *Espaços de festa: Permanência e Inovação*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical.
- SANCHIS, Pierre, 1992, *Arraial: Festa de um Povo. As romarias portuguesas*, 2.^a edição, Lisboa, Dom Quixote.
- SANTACANA MESTRE, J. et al., 2015, *El patrimonio cultural inmaterial y su didáctica*, Gijón, Trea.
- SILVA, António Ribeiro Marques da, 1994, *Apontamentos sobre o quotidiano madeirense: 1750-1900*, Lisboa, Editorial Caminho.

- SILVA, Augusto Santos, 1994, *Tempos Cruzados: um estudo interpretativo da cultura popular*, Porto, Afrontamento.
- SILVA, Fernando Augusto da, MENESES, Carlos Azevedo de, 1998, *Elucidário madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura.
- SILVA, Iolanda, 1983, «Resenha Histórica», in SIMÕES, Álvaro Vieira (coord.), *Transportes na Madeira*, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 25-41.
- SILVA, José M. Azevedo e, 1993, *A Madeira e a construção do mundo Atlântico (séculos XV-XVII)*, 2 vols., Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Centros de Estudo de História do Atlântico.
- SIMÕES, Álvaro Vieira (coord.), 1983, *Transportes na Madeira*, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- TUGORES, F. et al., 2006, *Introducción al patrimonio cultural*, Gijón, Trea.
- VASCONCELOS, João (coord.), 1996, *Romarias I: um inventário dos santuários de Portugal*, Lisboa, Olhapim.
- VASCONCELOS, José Leite de, 1933, *Etnografia Portuguesa: tentame de sistematização*, 9 vols., Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

b) Notícias Publicadas em Jornais Madeirenses

- Sem título, 12 de agosto de 1902, in *Diário Popular*, p. 4.
- «Para o Monte», 14 de agosto de 1903, in *Diário de Notícias*, p. 1.
- Sem título, 10 de agosto de 1904, in *Diário Popular*, p. 3.
- Sem título, 11 de agosto de 1904, in *Diário Popular*, p. 1.
- Sem título, 5 de agosto de 1904, in *Diário Popular*, p. 1.
- «A Romaria do Monte», 13 de agosto de 1905, in *Heraldo da Madeira*, p. 1.
- Sem título, 16 de agosto de 1907, in *O Jornal*, p. 1.
- Sem título, 8 de agosto de 1908, in *Diário Popular*, p. 1.
- «Nossa Senhora do Monte», 15 de agosto de 1909, in *Diário Popular*, p. 1.
- Sem título, 14 de agosto de 1909, in *Diário Popular*, p. 1.
- «Crónica do Dia – Nossa Senhora do Monte», 14 de agosto 1910, in *Diário Popular*, p. 1.
- «Arraial do Monte – Força Policial», 14 de agosto de 1911, in *Diário de Notícias*, p. 1.
- «No Monte», 16 de agosto de 1911, in *Diário de Notícias*, p. 1.
- Sem título, 16 de agosto de 1911, in *Diário Popular*, p. 1.
- «Arraial do Monte», 14 de agosto de 1912, in *Diário da Madeira*, p. 1
- «Crónica Religiosa», 10 de agosto de 1912, in *Diário da Madeira*, p. 1.
- «O Arraial do Monte», 14 de agosto de 1912, in *Diário da Madeira*, p. 1

- «O Arraial de Nossa Senhora do Monte», 17 de agosto de 1913, in *Heraldo da Madeira*, p. 1.
- «Crónica religiosa», 16 de agosto de 1914, in *Diário da Madeira*, p. 1.
- «Crónica religiosa», 16 de agosto de 1914, in *Diário de Notícias*, p. 1.
- «Crónica Religiosa», 15 de agosto de 1914, in *Diário de Notícias*, p. 1.
- «Arraial do Monte», 16 de agosto de 1915, in *Diário da Madeira*, p. 1.
- «Crónica Religiosa», 5 de agosto de 1915, in *Diário da Madeira*, p. 1.
- «O Arraial de Nossa Senhora do Monte», 16 de agosto de 1915, in *Diário da Madeira*, p. 1.
- Sem título, in *Diário da Madeira*, 15 de agosto de 1915, p.1.
- «Arraial do Monte», in *Diário da Madeira*, 12 de agosto de 1916, p. 1.
- «Arraial do Monte», in *Diário da Madeira*, 16 de agosto de 1916, p. 1.
- «O arraial de Nossa Senhora do Monte», in *Diário da Madeira*, 15 de agosto de 1917, p. 1.
- «O Arraial do Monte», in *Diário da Madeira*, 15 de agosto de 1917, p. 1.
- «Nossa Senhora do Monte», in *Diário da Madeira*, 15 de agosto de 1917, p. 1.
- «Arraial do Monte», in *Diário da Madeira*, 15 de agosto de 1918, p. 1.
- «Arraial do Monte», 15 de agosto de 1919, in *Diário da Madeira*, p. 1.
- «O arraial do Monte», 15 de agosto de 1920, in *Diário da Madeira*, p. 1.
- «Carne para o arraial do Monte», 13 de agosto de 1920, in *Diário de Notícias*, p. 1.
- Sem título, 10 agosto de 1920, in *Diário de Notícias*, p. 1.
- «Arraiais Madeirenses», 17 de agosto de 1921, in *Diário de Notícias*, p. 1.
- Sem título, 10 de agosto de 1921, in *Diário de Notícias*, p. 1.
- «Nossa Senhora do Monte – A Véspera», 15 de agosto de 1922, in *Diário de Notícias*, p. 1.
- «Crónica Religiosa», 4 de agosto de 1923, in *Diário da Madeira*, p. 1.
- «A Freguesia do Monte», 2 de agosto de 1924, in *Diário de Notícias*, p. 1.
- «Nossa Senhora do Monte – O Arraial Mais Popular da Madeira», 15 de agosto de 1924, in *Diário de Notícias*, p. 1.
- «Noticias da Madeira – Boaventura 14-08-1924», 21 de agosto de 1924, in *Jornal da Madeira*, p. 3.
- «Arraial de Nossa Senhora do Monte», 15 de agosto de 1925, in *Diário de Notícias*, p. 1.
- «No Monte», 14 de agosto de 1925, in *Diário de Notícias*, p. 1.
- «Arraiais Madeirenses», 14 de agosto de 1926, in *Diário da Madeira*, p. 1.
- «A Glorificação de Uma Obra», 27 de agosto de 1927, in *Diário da Madeira*, p. 1.
- VIEIRA, Elmano, 15 de agosto de 1913, «Arraiais Madeirenses – Festa de Nossa Senhora do Monte», in *Diário da Madeira*, p. 1.

c) Publicações Periódicas Consultadas

Diário da Madeira, 1912-1927.

Diário de Notícias, 1903, 1908, 1909, 1914-1925.

Diário Popular, 1901-1911.

Heraldo da Madeira, 1905, 1914, 1915.

Jornal da Madeira, 1924.

Jornal (O), 1907.